

AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXX.

Fulana de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da carteira de identidade n. - XXXXXXXX XXX/XX, inscrita no CPF sob o n. XXXXXXXXX, domiciliada e residente no XXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones: XXXXXXXX, vem, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, nos termos da legislação vigente, ajuizar a presente

AÇÃO DE ALIMENTOS

em face de **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n. XXXXXXXXXXXXX - XX-XX, inscrito no CPF sob o n. XXXXXXXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, telefone: XXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito que se seguem:

DOS FATOS

A requerente conheceu o requerido em meados do ano XXXX e, logo em seguida começaram a namorar e em menos de XX (XXXX) mês já passaram a morarem juntos.

Insta salientar que o casal conviveu em união estável, como se casados fossem, por cerca de XX (XXXX) anos. A união estável entre ambos, marcada pela convivência pública, notória, contínua, ininterrupta e com o objetivo de constituir

família, **durou até XX de XXXXX de XXXXX**, data em que resolveram pôr fim à convivência, sem possibilidade de reconciliação.

E, é relevante relatar que o fim da união havida entre a Requerente e o Requerido deu-se em razão da violência doméstica da qual a Requerente era vítima, ocorrida por todo o período conjugal, e que se intensificando nos últimos anos, onde precisou procurar ajuda pelos meios legais.

Nesse sentido, a Requerente literalmente “saiu fugida” da cidade do XXXXXXXXXX, tendo, inclusive, que abandonar os filhos menores, frente a situação de violência doméstica pela qual passava, com ameaças, inclusive, a sua própria vida.

Cabe se destacar que os documentos anexos, quer sejam elaborados no âmbito da Polícia, Centros de Saúde e Varas de Violência Doméstica demonstram o estado de vulnerabilidade em que se encontra a Requerente.

No Distrito Federal, a situação de risco e ameaça à pessoa da requerente estão sendo objeto de apuração nos processos nº XXXXXXXX e XXXXXXXX, junto ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de XXXXXXXX, onde já existe medida protetiva fixada em desfavor do Requerido.

Pelos motivos expostos, a Requerente para evitar o prolongamento do seu sofrimento, e até mesmo fugir do risco de morte, teve que fugir para XXXXXXXX para casa de parentes procurando abrigo. E, em meio a vários fatos, a Requerente foi acometida de várias doenças o que a impossibilitou de obter sustento próprio, sobrevivendo esse período por caridade de terceiros. (laudos médicos).

DOS ALIMENTOS

Conforme se observa a Requerente conviveu em união estável com o Requerido por mais de XXX (XXXXX) anos, sendo que **necessita perceber alimentos**, visto que sempre foi dona do lar e viveu exclusivamente em função de cuidar dos filhos e da família. **O seu companheiro, ora Requerido, sempre a privou de ter uma vida profissional**, e por todo o período de união estável custeou todas as despesas da família e a autora sempre viveu as expensas do Requerido.

É relevante citar que a Autora veio para XXXXXXXX fugida do companheiro em virtude de Violência Doméstica, sendo acometida de vários problemas de saúde, onde a impossibilitou de buscar sustento próprio, sendo que até hoje vive de caridades de terceiros. Cita-se como exemplo o fato de que a Requerente sofreu AVC, encontra-se

em tratamento de depressão, e outros males, que derivaram das várias agressões sofridas ao longo de sua união com o Requerido, onde o estado de violência psicológica que sofreu resultou em diversas doenças e danos a saúde física e mental.

Assim, hoje a Requerente se encontra numa situação bastante penosa, onde para sobreviver depende do auxílio de parentes e amigos, não tendo condições físicas ou psicológicas de trabalhar.

Ademais, temos que o Requerido se encontra aposentado junto ao INSS e auferir renda superior a R\$ XXXXXXXX, tendo assim, condições de prestar o devido auxílio a favor da Requerente.

Portanto, se materializa o binômio, **necessidade** da Requerente, e a **possibilidade** do Requerido em pagar alimentos, pois toda esta situação fora ocasionada pelo Requerido, inclusive, o quadro depressivo e de saúde debilitada conforme sustenta a autora.

Por fim, cabe se ponderar que o Requerido auferir renda de aposentadoria em torno de R\$ XXXXXXXX, sendo que pode contribuir à título de alimentos para a companheira no valor mensal correspondente a X% dos seus rendimentos brutos, a ser depositado na conta-corrente a ser informada posteriormente.

DO DIREITO

É direito preliminar do ser humano a sobrevivência, e constitui meios fundamentais para a sua realização os alimentos, o vestuário, o abrigo, e inclusive a assistência médica.

Dispõe o art. 1694 do Código Civil:

“Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.”

A Lei nº 5478/68, art. 2º dispõe:

Art. 2º. O credor, pessoalmente, ou por intermédio de advogado, dirigir-se-á ao juiz competente, qualificando-se, e exporá suas necessidades, provando, apenas, o parentesco ou a obrigação de alimentar do devedor, indicando seu nome e sobrenome, residência ou local de trabalho, profissão e naturalidade, quanto ganha aproximadamente ou os recursos de que dispõe.

O direito que ora se busca, encontra-se previsto no artigo 227 da Constituição Federal, in verbis:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação exploração, violência, crueldade e opressão”.

Com relação ao ajuizamento de demanda autônoma de alimentos por parte do companheiro, temos que esta é assegurada em diversos julgados, dos quais destacamos:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. **Comprovada a necessidade da autora ao recebimento de alimentos pelo ex-companheiro e ausente prova da impossibilidade deste em contribuir para seu sustento, no valor pleiteado, de 30% do salário mínimo, prospera a inconformidade.** Considerando que a própria apelante, de forma até mesmo inusitada, que revela, diga-se, sua boa fé e veracidade das alegações, requer a fixação de prazo determinado do pensionamento, adequado fixá-lo pelo período de 18 meses. DERAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70071175012, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 15/12/2016)*

*ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM FAVOR DA EX-COMPANHEIRA. CABIMENTO. 1. **Cabível a fixação de alimentos em favor da ex-mulher quando, embora apta, está afastada do mercado de trabalho por ter se dedicado exclusivamente ao marido e estar enfrentando problema de saúde.** 2. **O dever de mútua assistência existente entre os cônjuges materializa-se no encargo alimentar, quando demonstrada a condição de necessidade.** 3. Tendo havido a ruptura do relacionamento recente, e sendo o valor mínimo para ajudar a recorrida ao menos por ora, não merece prosperar o pedido de suspensão, ao menos neste momento. 4. Os alimentos devem ser fixados de forma a atender as necessidades da divorcianda, mas sem sobrecarregar em demasia o alimentante. 5. Os alimentos provisórios podem ser revistos a qualquer tempo, bastando que venham aos autos os elementos de convicção que justifiquem a revisão. Recurso desprovido. (Agravado de Instrumento Nº 70071151989, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 14/12/2016)*

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- 1) Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- 2) a fixação dos alimentos provisórios a favor da Requerente, no percentual de X % (XXXXXX) dos rendimentos de aposentadoria do Requerido junto ao INSS, devendo ser expedido ofício a citada autarquia para que proceda o desconto dos alimentos devidos a Requerente, que deverão serem depositados em conta-corrente a ser informada posteriormente;
- 3) A citação do Réu, para comparecer a audiência de conciliação/instrução e julgamento, e que apresente Contestação, sob pena de revelia;
- 4) a intervenção do Ministério Público;
- 5) ao final a demanda seja julgada procedente para se fixar os alimentos definitivos a favor da Requerente, no percentual de XX% (XXXXXX) dos rendimentos de aposentadoria do Requerido junto ao INSS a ser descontado de sua aposentadoria junto ao INSS, devendo ser expedido ofício a citada autarquia para que proceda o desconto dos alimentos devidos a Requerente, que deverão serem depositados em conta-corrente a ser informada posteriormente;
- 6) que o (a) (s) Requerido (a) (s) seja (m) condenado (s) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PROJUR.

Requer, ainda, provar o alegado por todos os gêneros de provas em direito admitidos, em especial pelo depoimento pessoal do requerido, e pela oitiva das testemunhas que ora são arroladas, as quais deverão ser intimadas para audiência que vier a ser designada por Vossa Excelência.

Valor da causa: R\$ XXXXXXXX

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXX, 31/10/23 14:04:04XXXX

Fulana de tal

Requerente

Fulano de tal

Defensor Público

Fulano de tal

Colaboradora

ROL TESTEMUNHA

1 - Fulano de tal, nacionalidade, domiciliada no XXXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXX.

1 - Fulano de tal, nacionalidade, domiciliado no XXXXXXXXXX, telefone: XXXXXXXX.